

RELAÇÃO ENTRE O PRESCRITO E O REALIZADO NA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM FLORIANÓPOLIS¹

Samara Cardoso

Juares da Silva Thiesen – Orientador

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, um estudo de levantamento bibliográfico somado a questionários, inserido no curso de Pós-Graduação, Especialização em Educação Integral, do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, visa contribuir para o conhecimento acerca do processo de implementação da Educação Integral em Jornada Ampliada, no município de Florianópolis. O objetivo geral é, portanto, analisar experiências de implementação em Educação Integral em Jornada Ampliada, já realizadas nas escolas do município de Florianópolis, no que se refere à relação entre o prescrito e o praticado, em especial quanto ao aspecto de coerência nesse movimento.

Destaca-se, ainda, que este estudo está em consonância com o objetivo do curso, o qual busca elaborar conhecimentos sobre Educação Integral, que possam influenciar as práticas pedagógicas em escolas de ensino básico, qualificando os processos de ensino aprendizagem.

Sobre esse aspecto, a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394/96, em seu artigo 34, prevê que:

Art. 34º - A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

§ 1º. São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas nesta Lei.

¹ Esse ensaio trata-se de um trabalho de conclusão de curso de Especialização em Educação Integral da Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

§ 2º. O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino. (BRASIL, 1996).

Vê-se, portanto, que a LDB propõe a implantação gradativa da jornada ampliada como indução à Educação Integral no país, e que esta prerrogativa transforme-se numa política educacional, assumida por estados e municípios. É, pois, nesse contexto, e tendo em vista nosso envolvimento com a rede municipal de educação de Florianópolis, que surgem as questões para a pesquisa em pauta, destacando-se: De que modo a Prefeitura Municipal de Florianópolis prescreve a política de Educação Integral em Jornada Ampliada para sua rede de ensino? O que está proposto pela Secretaria Municipal de Educação e como se dá o processo de implementação nas escolas da rede? Como a Secretaria Municipal de Educação vem planejando a implementação da Educação Integral em Jornada Ampliada nas escolas? Em que documentos, referenciais teóricos, diretrizes o órgão central se baseia para implementar a Educação Integral em Jornada Ampliada? Que medidas financeiras, de infraestrutura, e de formação estão sendo tomadas para a implementação da Educação Integral em Jornada Ampliada?

Como antes referenciado, uma das motivações para a escolha do problema de pesquisa tem a ver com o fato de atuarmos, desde 2004, como profissional da Rede Municipal de Ensino da Capital, na Escola Básica Prefeito Acácio Garibaldi São Thiago. Na instituição, participamos de projetos em torno da Educação Integral, inicialmente como auxiliar de ensino, substituindo a ausência do professor. Já na condição de auxiliar, oferecendo atividades transversais ao currículo disciplinar questionávamos sobre como contextualizar assuntos da vida social com os conteúdos programáticos da escola? O trabalho orientado a partir dos temas transversais dos PCN nos motivava para essas indagações.

Após esse percurso como auxiliar de ensino, atuei na sala informatizada com uma proposta de inclusão digital aos alunos, mediante planejamento realizado diretamente com os professores das diversas áreas do conhecimento. Nessa atividade, já contava com a presença de estudantes, no chamado contraturno.

Em 2007, a proposta do Programa Escola Aberta chegou à escola, com a finalidade de abrir o espaço escolar, nos finais de semana, para a comunidade, oferecendo esporte, cultura e lazer através de voluntários da própria comunidade. Acreditando na

possibilidade de disponibilizar os espaços públicos à comunidade, atuei como professora comunitária do Programa por dois anos, e pude perceber o bairro como espaço de educação, com pessoas que gostariam de estar atuando voluntariamente no processo educativo e formativo de crianças e adolescentes da sua comunidade. Encontramos alguns líderes/agentes/oficineiros comunitários nas áreas esportivas (futsal, karatê e judô), cultural (dança, teatro, pintura, cinema, boi de mamão), formação profissional (informática, culinária, curso de garçom, inglês, espanhol) entre outros, nos indicando o quanto a comunidade tem para oferecer/propor/participar ativamente na unidade escolar e reconhecer a escola como espaço de pertença. Além dessas atividades do Programa Escola Aberta nos finais de semana, a Escola já oferecia, no contraturno escolar, atividades esportivas com o apoio de parcerias, particularmente Fundações de interesse público, ligadas ao próprio Município.

Com a adesão ao Programa *Mais Educação*, em 2010, a Secretaria Municipal de Educação absorveu os profissionais contratados via Fundações, admitindo, na escola, somente um professor de Apoio Pedagógico. Como coordenadora do Programa Mais Educação, a partir desta data, foi possível perceber que se ampliaram o número de participantes, os tipos de atividades, os recursos para materiais e, obviamente, o atendimento às famílias com necessidade de mais tempo escolar para crianças com defasagem na aprendizagem e em risco social. Da mesma forma, ficou evidente que somente com monitores voluntários, sem formação inicial ou continuada; sem adequação do espaço físico; e sem uma proposta bem delineada sobre Educação Integral no âmbito municipal e escolar, haveria dificuldades em atender a exigência do Programa, que prevê a ampliação da jornada de estudos para, no mínimo, sete horas diárias, cinco dias da semana, conforme estabelece a LDB, e orientam os documentos da *Série Mais Educação* (2009).

Em meio às diferentes experiências de ampliação do tempo da jornada escolar em Florianópolis, estão mais 35 escolas municipais, seja atendendo ao Mais Educação, seja em outros projetos que contemplam ampliação do tempo da escola. Assim, tendo em vista as limitações deste estudo, optamos por envolver, no trabalho empírico, apenas 05 unidades, incluindo aquela na qual desenvolvo, há três anos, a coordenação desse mesmo Programa.

Para iniciar o estudo, foi aplicado um questionário com 10 questões sobre o que se tem *praticado* no processo de implementação/implantação da Educação Integral em Jornada Ampliada na rede de ensino, nas escolas participantes, quais sejam: Escola Municipal Donícia Maria da Costa, Escola Básica Liberato Valentim, Escola Básica Municipal José Amaro Jacinto Cordeiro, Escola Básica Municipal Intendente Aricomedes Silva e Escola Básica Prefeito Acácio Garibaldi São Thiago.

Visando identificar os elementos relacionados ao *prescrito para esta política educacional*, foi aplicado, também, um questionário endereçado ao Departamento de Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis. Além disso, foram analisados documentos afeitos ao processo da implementação da Educação Integral na rede.

O prescrito como política educacional

A Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis desenvolve, atualmente, a Educação Integral de várias formas – atividades de contraturno, Programa Mais Educação, Projeto Apoio Pedagógico, e através das Organizações Não Governamentais (ONG). Cada unidade escolar tem autonomia para organizar a sua Proposta de Educação Integral em Jornada Ampliada, sendo que, na maioria das escolas, o processo se dá através do Programa Mais Educação. Dessa forma, as atividades estão sendo realizadas no contraturno escolar e financiadas com recursos financeiros do programa.

Essa referida autonomia, em parte, é positiva, pois cada unidade pode exercer seu poder de decisão quanto a como organizar sua oferta de Educação Integral em Jornada Ampliada, a partir de suas demandas, dos espaços, tempos e profissionais que possui. Todavia, não ter uma proposta em nível municipal limita os investimentos, principalmente os relacionados com contratação de profissionais, construção/ampliação dos espaços físicos e formação permanente para os educadores. As escolas, do modo como estão hoje, correm contra o tempo. O número de dias letivos exigidos pela Lei deixa pouco tempo para planejamento e reuniões pedagógicas, nas quais se possa discutir, consistentemente, uma proposta de Educação Integral. Os professores, de modo geral, não dispõem de condições de trabalho que permitam sequer conhecer, teoricamente, a proposta em nível nacional, nem seus conceitos fundamentais.

A trajetória da Educação Integral em Jornada Ampliada, no Brasil, teve início na segunda república com o Manifesto dos Pioneiros, em 1932. Esse documento, marco inaugural do projeto de renovação educacional no país, escrito por diversos autores como: Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, discute e propõe a reconstrução da escola, a organização de um plano geral de educação para uma escola única, laica, pública, obrigatória e gratuita, na qual cada um tivesse a oportunidade de se desenvolver integralmente.

Nos estudos de Veronica Branco (2012), encontram-se relatos de como se deram as primeiras experiências em Educação Integral no Brasil. São esses relatos que darão base para as discussões aqui expostas. Vê-se que as primeiras experiências referidas se deram a partir dos anos de 1932, com Anísio Spínola Teixeira, nos estados do Rio de Janeiro, Bahia e Distrito Federal.

No Rio de Janeiro, Anísio Teixeira, quando assumiu a Diretoria de Instrução Pública do então Distrito Federal, elaborou um projeto educacional em cinco escolas experimentais, com instalações escolares que pudessem experimentar e pesquisar novos métodos de ensino, a fim de assegurar as mudanças desejadas para todo o sistema educacional do Distrito Federal. Tinha, então,

[...] o propósito de ensaiar integralmente um novo método, nos estudos e debates que ali se realizam e na atitude experimental dos professores, que examinam, ensaiam, verificam os resultados e estão sempre prontos a suspender os julgamentos, a reexaminar o problema e a estudar e reestudar continuamente os processos de ensino e educação. (TEIXEIRA, 1930, p. 203 Apud BRANCO, 2012, p.113).

As escolas propostas, iguais às demais, tinham como diferencial a pesquisa, uma nova organização curricular, o aumento das disciplinas e a criação de novos espaços como: jardins e parques recreativos, salas ambientes para o ensino de desenho e música, laboratórios, auditórios e uma preocupação com a formação para o trabalho, incorporando oficinas de carpintaria e mecânica.

Em 1950, na Bahia, como Secretário Estadual de Educação, implantou um modelo de escola de Tempo Integral no Centro Educacional Carneiro Ribeiro, composto por quatro Escolas-Classe. Essas escolas atendiam em média 500 alunos, os quais, em um turno, recebiam os conteúdos tradicionais e, após o almoço, na Escola Parque, no

contraturno, participavam das atividades artísticas, esportivas, sociais, culturais e de iniciação ao trabalho. Além dessas atividades, os alunos recebiam atendimento médico e odontológico.

Um programa completo de leitura, aritmética e escrita, ciências físicas e sociais, artes industriais, desenho, música, dança, educação física. Além disso: desejamos que a escola eduque, forme hábitos, forme atitudes, cultive aspirações, prepare realmente a criança para sua civilização – essa civilização técnica e industrial e ainda mais e, além disso, desejamos que a escola dê saúde e alimento à criança, visto não ser possível educá-la no grau de desnutrição e abandono em que vive. (EBOLI, 1969, p. 16 Apud BRANCO, 2012, p. 113).

No Distrito Federal, juntamente com Darcy Ribeiro, implementou a construção de um complexo escolar de uma Escola Parque e Escolas - Classe. Mas, no final dos anos 50, devido à necessidade de multiplicar a oferta de vagas para a população que ainda não tinha acesso ao sistema educacional público, o ideal de Escola em Tempo Integral, com ampliação da jornada escolar e do currículo, foi adormecido; a preocupação dos governantes foi ofertar o ensino em três turnos.

Novamente no Rio de Janeiro, nos anos 80, com a criação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEP), agora sob a coordenação de Darcy Ribeiro, foi retomado o pensamento de Anísio Teixeira: uma escola em Tempo Integral para oportunizar o desenvolvimento integral.

Vale a pena ressaltar que no Brasil, na primeira metade do século XX, houve movimentos significativos a favor da Educação Integral, tanto no pensamento quanto nas ações, tanto por iniciativa de católicos, quanto de anarquistas, integralistas e de educadores das redes públicas.

O texto *História(s) da Educação Integral*, de Lígia Martha Coelho (2009), destaca que a trajetória de implantação da Educação Integral em Jornada Ampliada no Brasil, desde o início dos anos 1920, vem acompanhada de um pensamento ideológico de cunho conservador, liberal e progressista. Os católicos defendiam e efetivavam, em suas instituições, uma concepção de educação Integral, calcada em atividades intelectuais, físicas, artísticas e ético-religiosas, aliadas a uma disciplina rigorosa, caracterizando-se como fundamentos político-conservadores. De outro modo, integralistas, anarquistas e liberais, como Anísio Teixeira, defendiam instituições públicas escolares, com ênfase na

igualdade, na autonomia e na liberdade humana, em uma clara opção pelos aspectos político-emancipadores.

Conforme estudos da autora supracitada percebe-se que as experiências pedagógicas de implantação da Educação Integral no Brasil foram pontuais, sendo realizadas nas cidades onde estes “pioneiros da educação” atuavam com algum poder de governança. Nos anos 1990, vão aparecer, no Brasil, experiências isoladas de Tempo Integral, “em sua maioria experiências organizadas pelos municípios e não seguindo um projeto político mais amplo, continuado e de governo.” (BRANCO, 2012, p. 114)

Segundo Janaina Menezes (2012), a Constituição Federal de 1988, alinhada com os valores jurídicos defendidos por documentos do século XX, tais como a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948) e a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (1989), ordenou que a educação se constituiria direito do cidadão, além de apresentá-la como o primeiro direito social (art. 6º), explicitando que, na condição de “direito de todos e dever do Estado e da família”, a educação visa o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (art. 205), conduzindo à compreensão de que esse direito está associado a uma Educação Integral. O texto constitucional determina, ainda, que o Estado deve garantir a todos “o pleno exercício dos seus direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional” (art. 215), assim como a valorização da diversidade étnica e regional.

Na sequência da Constituição, elaboram-se e publicam-se o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990 (ECA); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996 (LDB); o Plano Nacional de Educação, Lei 10.172/2001 (PNE, 2001- 2010) – todos textos oficiais que normatizam o direito à educação (integral)².

Além desses documentos, cria-se, no contexto da gestão dos últimos governos em nível federal, o Plano de Desenvolvimento da Educação (2007- 2022) - PDE, iniciativa lançada pelo MEC, em abril de 2007, que propõe ações para os diferentes níveis,

² Segundo Rios (2006, p 52, Apud MENEZES, 2012, p. 139), a expressão “Educação Integral” constitui-se pleonasmos, pois “ou a educação é integral ou ela não pode ser chamada de educação”. Assim, partindo dessa orientação, passarei a utilizar a expressão Educação em Tempo Integral.

modalidades e etapas da educação nacional. Nos aspectos relativos à Educação Integral, o plano regulamenta, por intermédio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, os coeficientes de remuneração em razão das matrículas de estudantes. Associados ao PDE estão o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, o Programa Mais Educação e o próprio Fundeb.

Ao diferenciar os coeficientes de remuneração das matrículas, o Fundo ampliou as possibilidades de oferta da Educação Integral, não apenas por modalidade e etapa da educação básica, mas também pela ampliação da jornada escolar, de acordo com a Lei nº. 11. 494, de 20 de junho de 2007 e a Portaria Normativa nº. 41, de 27 de dezembro de 2007.

Dentre as metas do PDE para a implementação de ações direcionadas à educação em tempo integral, está o Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Normativa Interministerial nº 17/07, que tem por objetivo fomentar a Educação em Tempo Integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio de atividades sócio-educativas, no contraturno escolar, articuladas ao projeto de ensino desenvolvido pela escola.

O Programa Mais Educação é um incentivo financeiro para a implementação da Educação Integral em Jornada Ampliada nas unidades educativas, realizando ações conjuntas dos Ministérios da Educação (MEC), Cultura (MinC), Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Esporte (ME), Ciência e Tecnologia (MCT), Meio Ambiente (MMA) e da Presidência da República (PR), e conta com a participação de ações promovidas pelos Estados, Distrito Federal, Municípios e por outras instituições públicas e privadas.

Regulamentado pelo Fundeb, o MEC repassa aos municípios a quantidade de recursos financeiros destinados à Educação Integral e, conjuntamente com o Programa Mais Educação, os municípios ganham “força/impulso/motivação” para iniciarem propostas de Educação em Tempo Integral.

A propósito disso, a Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, pela Resolução CME nº 02/2011, definiu, para sua rede de ensino, que, se não atingir 50% das metas de aprendizagem no ano que está cursando, o estudante, no ano seguinte, será incluído em projetos de apoio pedagógico, em jornada escolar ampliada.

As diretrizes nacionais para Educação em Tempo Integral, considerando-se a Constituição 1988, o ECA, a LDB, o PNE, o PDE, e o FUNDEB, vêm, nesses últimos anos, consolidando alguns pressupostos teóricos e metodológicos para Projetos Pedagógicos de Educação Integral em Jornada Ampliada. Mesmo assim, é possível afirmar-se que as experiências variam de Estado para Estado, e de escola para escola.

Como já foi apontado, o Programa Mais Educação se constitui um marco legal e político, com suporte financeiro, para auxiliar os municípios na implementação da jornada ampliada em suas escolas. O MEC, com o propósito de contribuir para a conceituação, a operacionalização e a implementação do Programa Mais Educação, compôs, como ferramenta teórica para o Programa, a Série Mais Educação, uma trilogia organizada em três cadernos: Gestão Intersetorial no Território; Educação Integral; e Rede de Saberes Mais Educação. Esses cadernos chegam às escolas que aderiram ao Programa e subsidiam a discussão sobre o tema Educação Integral.

Na Proposta Curricular de Florianópolis (2008), observam-se notas sobre o tema Educação Integral, registrando-a como direito dos estudantes de se desenvolverem nas “suas múltiplas dimensões, conviverem com a diversidade, construir conceitos e valores que possibilitam a apropriação e produção de conhecimento, problematizando a realidade social neste tempo e lugar histórico, construindo sua identidade e cidadania” (p. 22). O documento contempla vários projetos e ações com vistas a ampliar a jornada de estudos no Ensino Fundamental, sejam elas realizadas no turno ou no contraturno do ensino regular. Dentre esses projetos estão o Projeto TOPAS (Todos Podem Aprender Sempre); o Bombeiro-Mirim; a Escola do Mar; a Educação Ambiental, com ações da Agenda 21 Escolar; o Eco-Festival – vários deles em parceria com outros órgãos, como Floram, Instituto Carijós e UFSC.

O Plano Municipal de Educação de Florianópolis (2009), instrumento de gestão que prevê metas para um período de 10 anos, no eixo temático *Ensino Fundamental*, no que diz respeito à Educação Integral com ampliação da jornada de estudos, estabelece-se a seguinte meta “ampliar gradativamente a jornada escolar, com o objetivo de expandir a escola de tempo integral que abranja um período de, pelo menos, sete horas diárias,[...]disponibilizando infraestrutura física, humana e de material às respectivas unidades escolares.” (p.52)

No site oficial da Prefeitura Municipal, no link Educação, pode-se encontrar um documento que indica uma possibilidade de referencial sobre a proposta do município para a Educação Integral. O texto aponta, assim como na Proposta Curricular de Florianópolis (2008), a necessidade de se ressignificar o papel social e político da escola e o currículo escolar, na perspectiva de contemplar a criança e o adolescente como sujeitos de direitos. Permitir que os educandos desenvolvam as suas múltiplas dimensões, convivam com a diversidade, construam conceitos e valores que possibilitem a produção do conhecimento, dominem métodos, técnicas e procedimentos em diferentes situações, desta forma, problematizando a realidade social em que estão inseridos neste tempo e lugar histórico, tecendo a sua identidade e a sua cidadania. E considera a escola como lugar fundamental que assegure o direito à qualificação da sua inserção e participação na vida social. Além disso, coloca como desafio assegurar que a permanência dos educandos seja realizada com sucesso. Portanto, a Programa de Educação Integral de Florianópolis tem como objetivo:

Promover melhores condições de vida através do oferecimento, no âmbito do Ensino Fundamental, de serviço educacional público de qualidade social, ampliando a jornada de estudos e convivência, qualificando o currículo escolar e fortalecendo o reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos. (Programa de Educação Integral – site PMF, 2013).

Para sua efetivação, a Secretaria de Educação propõe projetos que deverão ser assumidos pelas escolas da rede, tais como: Projeto TOPAS, Projetos Educacionais e Educação Complementar CEC e ONG incluídos desde a Proposta Curricular de Florianópolis de 2008.

O Projeto TOPAS – *Todos Podem Aprender Sempre* - tem como objetivo estender a jornada de estudos através de outras formas de aprendizagem, no contraturno, para educandos, crianças e adolescentes, que apresentam distorção idade-série em sua trajetória escolar.

Os *Projetos Educacionais* são atividades desenvolvidas, no contraturno, para crianças e adolescentes, redimensionando os tempos e espaços escolares. Entre os projetos aparecem: Ambiente, Bombeiro Mirim, Ciência e Tecnologia – Laboratórios de Informática Laboratórios de Ciências, Esporte na Escola e Nossa Rede Encanta - artes cênicas, artes visuais, música e dança. O Projeto Bombeiro Mirim tem parceira com os

Corpos de Bombeiros Comunitários e Militares da capital, e o Projeto Ciência e Tecnologia consistem em salas ambientes, já introduzidas em 18 escolas municipais.

A *Educação Complementar* visa oferecer atividades em contraturno para crianças e adolescentes, através de parcerias com ONG e Centros de Educação Complementar, com ênfase àquelas crianças que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

É possível perceber que, na proposta para a rede, aparece muitas vezes, mesmo afirmando ser necessário ressignificar o currículo, a palavra “contraturno”. Supõe-se que a indicação ‘ressignificar’ o currículo consista em ampliar o número de atividades e/ou áreas do conhecimento que não estão garantidas no currículo formal, mas que possibilitam desenvolver as múltiplas dimensões humanas. Dessa forma, as atividades que ampliam o tempo do educando na unidade educativa ou fora dela, ainda não integram o currículo escolar, podendo apresentar, em alguns momentos da prática educativa, a desarticulação entre atividades/tempos/espacos/profissionais.

No que diz respeito à orientação sobre como as escolas devem se organizar para implementar uma Proposta de Educação Integral, o documento aponta a seguinte metodologia:

As escolas, considerando o seu Projeto Político Pedagógico e as reais necessidades, encaminharão os projetos educativos ao Departamento de Educação Fundamental, explicitando a justificativa, os objetivos e metas, o detalhamento das ações, metodologia a ser desenvolvida e o cronograma. Uma vez analisados, e havendo a sustentabilidade pedagógica e administrativa, serão implantados no contraturno das aulas formais. As áreas prioritárias de cobertura serão: a **Dança**, o **Esporte**, em suas diferentes modalidades, a **Música**, o **Teatro**, as **Artes Visuais**, o **Bombeiro Mirim**, a **Ciência e Tecnologia** e o **Ambiente**. (FPOLIS/PMF, 2013. Grifos no original).

Percebe-se que, respaldada na LBD, que dá autonomia aos municípios, estabelecendo que o tempo integral será ministrado progressivamente a critério dos sistemas de ensino, o município de Florianópolis também deixa a cargo das unidades educativas a responsabilidade de organizar sua proposta e a implementação da Educação em Tempo Integral nos âmbitos pedagógico, estrutural, profissional e material, não importando serem as atividades da matriz curricular vinculadas ou não ao contraturno.

O documento, Proposta de Educação Integral, já referido, registra que:

A instituição educativa deverá dispor do espaço físico necessário ao desenvolvimento das atividades. Destaca-se que outros espaços da comunidade poderão ser articulados para a implantação e implementação do projeto. Os materiais e equipamentos serão disponibilizados mediante pedido (projeto) e viabilidade orçamentária e financeira. A alimentação necessária aos participantes do projeto deverá ser articulada pelo Diretor da Escola junto à Coordenadoria de Alimentação Escolar. O transporte necessário aos participantes do projeto deverá ser mapeado e encaminhado ao Departamento de Educação fundamental, pelo Diretor escolar, para as providências cabíveis. Os professores que atuarão nos projetos terão formação e assessoramento específicos, sob a responsabilidade da coordenação central. (FPOLIS/ PMF, 2013).

O documento indica que, para a implantação de Educação em Tempo Integral, a unidade escolar deve ter: projeto educativo de Educação Integral e espaço físico, podendo utilizar espaços da comunidade. No que diz respeito à disponibilização de materiais, deverá ser realizado um pedido através de projeto para a verificação de viabilidade orçamentária e financeira. A contratação de profissionais para atuarem no Projeto de Educação Integral da unidade deverá contemplar professores específicos ou designados, professores efetivos para as áreas prioritárias de Dança, Esporte, em suas diferentes modalidades, a Música, o Teatro, as Artes Visuais, o Bombeiro Mirim, a Ciência e Tecnologia e o Ambiente.

Conforme o Programa de Educação Integral de Florianópolis (2013), a metodologia para os “mecanismos de gestão” ou de acompanhamento e avaliação é desenvolvida por meio de visitas às unidades educativas e reuniões centralizadas e descentralizadas mensalmente, análise dos planos de trabalho dos professores, dos relatórios de frequência das crianças e adolescentes e relatórios circunstanciados dos professores e articuladores escolares e, ainda, oferecimento mensal de formação continuada em serviço.

Apesar de o documento não fazer menção ao *Programa Mais Educação*, soube, por meio do questionário enviado às escolas, que a partir de 2010 a Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis aderiu ao Programa, via MEC, iniciando a experiência em algumas escolas de Ensino Fundamental.

Em questionário enviado à SME obtive respostas que revelam algumas das indagações sobre como se dá o processo de implementação nas escolas municipais de Florianópolis. Pelas informações da atual diretora do Departamento do Ensino Fundamental, posso afirmar que: a) os recursos financeiros de apoio à Educação Integral são próprios e advindos do Governo Federal; b) as atividades de formação continuada são ofertadas aos profissionais que trabalham em ONG ou CEC, para os Coordenadores do Programa Mais Educação; c) as formações continuadas são realizadas por áreas de conhecimento e o debate sobre Educação Integral atende todos os profissionais da Rede.

Para a gestora, o Programa Mais Educação objetiva promover a ampliação dos tempos, espaços e oportunidades educativas, de modo que a tarefa de educar seja dividida com pais e comunidade. Para isso, o MEC, através do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola, envia diretamente recursos financeiros para a conta bancária das APP – Associação de Pais e Professores. Esse recurso financeiro é destinado à aquisição de materiais permanentes, de consumo e ressarcimento de monitores voluntários para atividades cadastradas no SIMEC – Sistema Integrado do Ministério da Educação. Fica sob a responsabilidade de cada unidade educativa, junto à APP, administrar o recurso enviado pelo MEC. A PMF disponibiliza, através do GEAF – Gerência Administrativa Financeira, assessoria para a administração desse recurso público, realizando encontros de formação para membros das APP e coordenadores do programa.

Para as escolas que começaram a receber esse recurso, segundo a Diretora, este representou um impulso financeiro para a implementação das propostas de ampliação de tempo dos educandos. Importante destacar que, através do recurso para ressarcimento de serviços voluntários, as unidades educativas ampliam a jornada escolar por meio de monitores da comunidade ou estudantes universitários.

Por meio do Programa Mais Educação, alguns profissionais das escolas participantes, monitores voluntários, diretores e/ou coordenadores do programa nas escolas, realizam formações junto à UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Em 2010, a UFSC proporcionou formação temática sobre as atividades cadastradas no SIMEC do Programa Mais Educação, Cultura e Educação na Escola de Tempo Integral: Formação de Professores. Em 2012, em parceria interinstitucional entre MEC, UFSC e

Secretarias da Educação do Estado de Santa Catarina e do município de Florianópolis, a UFSC ofereceu um curso de Pós-graduação em nível de Especialização em Educação Integral.

Ocorrem também, através do Programa de Educação Integral de Florianópolis, encontros para coordenadores do Programa Mais Educação, proporcionados pela PMF, com o objetivo de socializar as práticas educativas referentes à execução do Programa Mais Educação, sendo que, nesses momentos, há discussões sobre o tema Educação Integral. Recentemente, foi oferecido pela Secretaria Municipal de Educação, na modalidade de ensino a distância, a título de formação continuada - o curso Educação Integral, com duração de 40 horas. Como material bibliográfico, a SME disponibilizou um caderno pedagógico que se apresenta como módulo, dividido em três unidades, respectivamente: Marcos Políticos – O ser humano, a sociedade e a educação integral: aproximações conceituais; Marcos Legais – A legislação e a educação integral; e Marcos Gerenciais – A gestão político-pedagógica da educação integral. O caderno foi produzido por profissionais da própria rede.

Nesse caderno, encontra-se um roteiro para a implantação e implementação de uma Proposta de educação integral, indicando como iniciar uma proposta de Educação Integral. O documento propõe que se considerem as seguintes dimensões: diagnóstico, planejamento, execução, monitoramento e avaliação, adequação e ajustes. Esse material bibliográfico, no quesito implementação e implantação, traz somente referencial no âmbito de gestão educacional para planejamento pedagógico, considerando aí, para assegurar o sucesso da proposta, a participação das famílias, crianças, adolescentes e profissionais; articulação e cooperação entre diversos espaços educativos; compromisso com a busca de oportunidades diversas de aprendizagem e transparência e publicização dos resultados alcançados. Não há, no texto, orientações sobre organização de estrutura física, material, contratação e formação de professores etc.

Outra informação, obtida por meio da pesquisa empírica na PMF, foi que:

A Secretaria de Educação tem propostas de educação integral que estão sendo implementadas e outras idealizadas com o apoio financeiro do BID. Infelizmente os documentos são o ponto fraco, pois muita coisa foi feita e pouco foi escrito. Existe, no site oficial, um resumo de algumas atividades de indução à Educação Integral e que hoje não revelam o potencial da Rede.

Sendo assim, um dos compromissos para este ano e meados do ano seguinte é escrevermos um novo documento, com todos os projetos já colocados em prática e com todas as discussões e encaminhamentos tomados neste trilhar da educação integral. Hoje atendemos alunos em educação integral ou indução à educação integral com o Mais Educação, em ONG, nos CEC e em diversos projetos diferenciados nas Unidades escolares. (Questionário).

A análise apresentada até aqui levou em consideração os documentos disponibilizados, material que considero importante, porém insuficiente para orientar uma política tão complexa como a que estamos discutindo. Convém salientar que a SME não possui uma diretriz completa para esta nova modalidade educativa – desafio que ainda precisa ser enfrentado pelo coletivo da Rede.

Algumas experiências desenvolvidas em educação integral: o praticado

A partir da pesquisa empírica, considerando-se os documentos e as informações disponibilizadas, foi possível concluir que as unidades educativas concebem os Projetos de Educação Integral em modelos, projetos e concepções distintos.

De modo geral, as informações colhidas revelam que gestores e educadores da Rede acreditam que a ampliação da jornada de estudos e convivência no Ensino Fundamental contribui para a permanência das crianças e jovens no âmbito escolar, reconhecendo-os como sujeitos de direitos e possibilitando-lhes desenvolverem-se nas suas múltiplas dimensões.

Alinhadas com os aparatos legais, em âmbito nacional e local, as unidades educativas demonstram disposição para iniciar o processo de implantação da Educação em Tempo Integral. Dentre as cinco unidades educativas pesquisadas, apenas uma não possui seu próprio projeto de Educação Integral, como recomenda a Secretaria Municipal de Educação, mas, mesmo assim, executa o Programa Mais Educação. Nos projetos de Educação Integral, percebe-se o entendimento de que a Educação Integral deve respeitar as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos, e que é necessário sustentar uma prática pedagógica que compreenda e reconheça o ser humano em sua integralidade, singularidade e universalidade, em suas múltiplas relações, dimensões e saberes. Percebe-se, ainda, o entendimento de que a Educação em Tempo Integral deve

assegurar e oportunizar conhecimentos que tenham relação com a vida, preparando-os para serem cidadãos ativos na sociedade.

A ampliação da Jornada Escolar em três unidades educativas pesquisadas teve início a partir da necessidade de elevar os índices de rendimento escolar dos alunos, de promover alunos com distorção série/idade, de e acolher crianças e adolescentes em situação de risco social. Nos padrões do TOPAS, atividades de contraturno oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação em parceria com a Fundação Franklin Cascaes, Fundação Municipal de Esportes e outras instituições e atividades de Apoio Pedagógico com professores contratados e/ou readaptados aparecem como indutoras à Educação Integral.

A pesquisa revelou que a elaboração dos Projetos de Educação Integral de cada uma dessas unidades educativas deu-se com a participação da comunidade escolar, e que estes instrumentos de gestão estão embasados nos referenciais da Série Mais Educação e em autores que abordam os temas Educação Integral, Tempo Integral na escola, Democracia e Educação e Qualidade e o Programa de Educação Integral do Município. Constata-se, ainda, que a elaboração foi sendo aprimorada a partir de 2010, ano que se inicia nas escolas o Programa Mais Educação.

Pode-se afirmar, também, que as formações pedagógicas promovidas pela UFSC e os encontros de coordenadores do Programa Mais Educação proporcionaram subsídios e fomentaram a discussão sobre o tema Educação Integral. Para além dessas formações, todas as unidades educativas apresentam grande satisfação no que diz respeito a como aplicar financeiramente os recursos do Programa Mais Educação.

Em seus projetos, as unidades educativas planejam atender a quantidade de educandos, conforme disponibilidade de espaço físico e de profissionais, indicando que não há intenção de investir na ampliação de infraestrutura ou construção de novos espaços para aumentar o atendimento aos alunos em tempo integral.

Para uma das unidades educativas pesquisadas, a Prefeitura Municipal de Florianópolis contratou, para este ano, três professores de 40h (para três turmas) para acompanhar os alunos em tempo integral. Vale destacar que esse profissional deve ser o articulador dos conteúdos programáticos, o realizador de Apoio Pedagógico, além de acompanhar os educandos nas atividades oferecidas pelo Programa Mais Educação, nos

momentos da alimentação, higiene e brincadeiras livres e avaliar o aluno na sua integralidade. A escola inclui em sua proposta de trabalho os profissionais já existentes que atuam nas salas ambientes: Biblioteca, Laboratório de Informática e de Ciências.

Nas demais unidades educativas, observa-se que a ampliação da jornada escolar fica por conta dos monitores voluntários, ressarcidos pelos recursos advindos do Programa Mais Educação, e por professores contratados para Apoio Pedagógico e/ou readaptados. Com isso, percebem-se algumas condições: autonomia de escolher, a partir da demanda, os tipos de atividades a incluir na ampliação do tempo e/ou no currículo, participação da comunidade com monitores. Para o MEC, a monitoria é vista como forma de participação ativa da comunidade no processo de educar crianças e jovens. No documento publicado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, do Ministério da Educação – SECAD/MEC, o aluno e a comunidade são compreendidos como sujeitos de sua própria aprendizagem; as atividades escolares devem ligar a cultura da comunidade local, articulando práticas, habilidades, costumes, crenças e valores aos conhecimentos acadêmicos. Nesse sentido, minha compreensão é que programas como este devem ser desenvolvidos por profissionais da educação com formação adequada para aquilo que exigem as atividades pedagógicas.

Considera-se a importância de que um projeto de Educação em Tempo Integral seja realizado com a “participação de educadores, educandos, artistas, atletas, equipes de saúde e da área ambiental, cientistas, gestores das áreas sociais”, e há que se ter “projeto pedagógico, formação de seus agentes, infraestrutura e meios para sua implantação”. (BRASIL/Secad/MEC, 2009a, p.10).

A participação excessiva dos monitores pode gerar uma desvalorização dos profissionais da educação e a desresponsabilização do município em contratar e formar os profissionais que atuarão nesta nova modalidade de educação. Como forma de resistência à utilização de monitores, a categoria dos professores da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, representados pelo seu sindicato, Sintrases, traz, em seu Boletim Informativo:

[...] A implementação do Programa Mais Educação na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, dá-se como uma política pública articulada entre os governos e a iniciativa privada, sob a bandeira de ‘ampliar os tempos e espaços da educação básica’. Contudo, o que se configura é a terceirização do trabalho

docente, através da contratação de voluntários e ONGs, aprofundando a precarização no atendimento às crianças e adolescentes e nas condições de trabalho/remuneração dos trabalhadores envolvidos no Programa Mais Educação. (SINTRASEM, 2012).

(Des) articulação entre o prescrito e o praticado no âmbito da educação integral

Constatou-se, a partir dos questionários e materiais bibliográficos disponíveis, que há várias formas de implementação da Educação Integral em Jornada Ampliada, nas unidades educativas de ensino fundamental da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. As escolas, em grande maioria, consideram ter Educação Integral em Jornada Ampliada através de projetos desenvolvidos em contraturno, como: reforço escolar, dança, música, esportes, xadrez, Projeto TOPAS e Programa Mais Educação.

Outras unidades educativas, tendo formação aos profissionais e colocando como pauta de discussão em planejamentos e reuniões, conseguem realizar uma implementação a partir das suas necessidades e possibilidades físicas e profissionais, desenvolvendo, com certa autonomia, um projeto escolar, incluído no PPP, de Educação Integral em Jornada Ampliada.

O *prescrito* sobre como realizar a implementação não está colocado claramente aos profissionais da educação na rede Municipal de Florianópolis, o que se tem são discussões pontuais dentro das unidades educativas que, por motivos de adesão da SME ao Programa Mais Educação, foram impelidas a iniciar a execução do Programa. Essas discussões, em geral, são trazidas para o ambiente da unidade educativa através dos coordenadores do PME.

Revela-se, neste estudo, que a implementação da Educação Integral em Jornada Ampliada iniciou de “cima para baixo”, no sentido de que as escolas devem cumprir o que diz a Lei, ainda que possam aderir a projetos diferenciados no âmbito da própria rede. O processo de implementação da Ampliação da Jornada está sendo realizado dentro de cada unidade educativa, a partir das condições físicas e humanas que possuem. Portanto, em muitas delas, não se configura uma organização conforme orientam as diretrizes nacionais, pois, não havendo profissional e/ou monitoria suficientes para completar carga de sete horas diárias, cinco dias por semana, as escolas

realizam atividades isoladas em contraturno. Ou seja, há uma implantação parcial da educação em tempo integral.

Aos poucos, por intermédio de atividades de formação sobre o tema Educação Integral em Jornada Ampliada, os profissionais vão conhecendo esta modalidade de ensino e desenvolvendo e/ou melhorando seus projetos de Educação Integral e, conseqüentemente, adequando os espaços escolares, de modo também a fazer com que profissionais de salas ambientes atuem, diretamente, na proposta de ampliar o tempo dos educandos, e, em consequência, atendendo estes por mais tempo ou mais vezes na semana.

Percebeu-se, através da pesquisa, que o prescrito no Programa de Educação Integral da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis revela uma preocupação com os espaços, com os profissionais, com a formação e com as necessidades e objetivos de cada unidade, mas, na prática de cada escola, não se observam ações suficientes da Prefeitura Municipal. Estas são, na sua maioria, ações da própria unidade educativa que, integrada ao Programa Mais Educação, busca remanejar espaços/tempos/profissionais para atuar na direção da Educação Integral.

Reconhecendo ser uma experiência recente (menos de cinco anos), as ações de ampliação da jornada escolar, no Município, revelam que ainda há muito que aprimorar no que diz respeito aos aspectos aqui apontados. Do ponto de vista conceitual, é necessário aprimorar o conceito de “comunidades de aprendizagem”, de “cidades educadoras” de “educação integral” de “currículo integral”, além de outros. É preciso compreender que Educação Integral transcende os muros da escola, podendo ser incluídos outros espaços da comunidade como espaços educadores, não permitindo a precariedade dos espaços das unidades educativas e a desvalorização dos profissionais da educação.

[...] os limites da sala de aula podem se expandir e toda a cidade torna-se uma escola com riquíssimas oportunidades de ensinar e de transformar o que é significativo para os que ali vivem. Os profissionais da educação desempenham um papel essencial ao chamar a atenção dos estudantes, seus familiares e membros da comunidade para os valores que a cidade educadora está transmitindo. Caso esses valores não sejam os da democracia, isto é, com direitos e deveres iguais para todos, respeito mútuo, valorização das diferenças e preservação do meio ambiente, os

educadores devem provocar ações coletivas para corrigir essa situação. Isso ajuda as crianças, jovens, familiares e membros da comunidade a se perceberem como aprendizes permanentes e a envolverem-se ativamente com esse processo. (BRASIL, 2011, p. 10).

Entendemos, acompanhando o que propõe Coelho (2012), ao afirmar que:

Educação de qualidade se faz com profissionalismo. O ideal é que os alunos estejam sempre acompanhados por gente preparada para educar e que receba formação específica para isso: os professores. (AMARAL, 2012, pp.24 e 25).

Ora, se o Brasil já possui uma lei (LDB) que garante a jornada ampliada de estudos, referenciais teóricos em nível nacional e experiências que apontam necessidade e benefícios e caminhos práticos de como fazer, temos claro que a escola que está aí é incompleta, com infraestrutura insuficiente para atender a todos numa Educação em Tempo Integral. Sem discussão/formação contínua e adensada sobre Educação Integral com todos os profissionais que estão inseridos no contexto escolar fica muito difícil consolidar esta política educativa.

Percebe-se que o processo de implantação deve ter iniciativa da unidade educativa para ser significativo, compreendido, respeitando as possibilidades e interesses daqueles que estão envolvidos, mas, em contrapartida, como vimos historicamente nos anos 30, deve-se ter políticas públicas bem definidas nos âmbitos da estrutura material, da formação continuada e da contratação de profissionais, para sustentar o processo de implementação de uma proposta de Estado para Educação Integral em Jornada Ampliada.

Sabe-se, também, que o município precisa adequar toda sua estrutura, investir mais em educação, construir mais escolas, quadras de esportes, laboratórios, na capacitação de professores, inovar, fazer seu projeto-político pedagógico, integrar secretarias municipais: de educação, esportes, saúde, assistência social, agricultura, meio ambiente, cultura etc. É preciso pensar toda ação como ato educativo, transformar o espaço do Município como espaço de aprendizagem e de construção de conhecimento. E isso, lógico, exige atitude de governantes e lideranças, vontade política, e que se adote outra concepção sobre qual educação se quer e que desenvolvimento se quer e se está buscando.

Governantes e lideranças sociais, reunidas em Conselhos e outros fóruns, têm legitimidade para firmar um novo contrato social na educação – um contrato que estabeleça claramente as obrigações e responsabilidades dos diferentes agentes sociais que atuam, de fato, como agentes educativos.

Afirmar a centralidade da escola não significa que somente ela deve sediar as ações e atividades que envolvem a Educação Integral. (BRASIL, 2011, p.10).

Por este trabalho, que representa a conclusão do curso de Pós-Graduação em nível de Especialização em Educação Integral, verifico que, para além da importância de perceber, na condição de educadora, também sou autora, como todos devem ser, de minha própria prática educativa, estudando, saindo do senso comum, coletando dados e me certificando de possíveis hipóteses. Para a implantação de uma verdadeira proposta de Educação Integral em Jornada Ampliada, é preciso implementar antes e/ou conjuntamente mais ações no âmbito de formação de profissionais, contratação de professores, investir em espaços físicos nas unidades educativas e, principalmente, conhecer as históricas experiências pedagógicas vivenciadas neste país.

REFERÊNCIAS:

AMARAL, Aurélio; NICOLIELO, Bruna e SALLA, Fernanda. Mais tempo para ensinar, e agora? In: **Revista Nova Escola. Gestão Escolar**. Agosto/Setembro, 2012.

BRANCO, Verônica. **Desafios para a implantação da Educação Integral: análise das experiências desenvolvidas na região sul do Brasil**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 45, p. 111-123, jul./set. 2012. Editora UFPR. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n45/08.pdf> (Acesso em 30/01/2013).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm (Acesso em 07/05/2013).

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/785/estatuto_crianca_adolescent_e_7ed.pdf (Acesso em 07/05/2013).

BRASIL/MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_de_Diretrizes_e_Bases_da_Educa%C3%A7%C3%A3o_Nacional (Acesso em 10/03/2013).

BRASIL /Secad/MEC. **Rede de saberes mais educação: Pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral**. Série Mais Educação, 2009a.

BRASIL/Secad/MEC. **Programa Mais Educação. Passo a Passo**. 2009b.

BRASIL /SEB/MEC. **Caminhos para elaborar uma proposta de educação Integral em Jornada Ampliada**. SEB/MEC, 2011.

BOLETIM INFORMATIVO SINTRAZEM. Disponível em: <http://www.sintrasem.org.br/content/posi%C3%A7%C3%A3o-pol%C3%ADtica-e-encaminhamentos-sobre-pol%C3%ADticas-educacionais-da-smepmf>. (Acesso em 06/06/2013).

FPOLIS/PMF. **Programa de Educação Integral**. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/10_08_2011_13.29.33.6d4c9626509b4b3c260a43f2bd3663c9.pdf (Acesso em 24/08/2012).

FPOLIS/PMF. **Programa em Floripa se Aprende**. Disponível em http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/10_08_2011_13.29.00.707bfb6322876aff161a207ecd616a98.pdf (Acesso em 24/01/2013).

LATERMAN, Ilana. **Cultura e Educação na escola de tempo integral: formação de educadores**: cadernos, UFSC, 2010.

LOMONACO, Beatriz Penteado e SILVA, Leticia Araújo Moreira da (Coord). **Percursos da educação integral em busca da qualidade e da equidade**. CENPEC: Fundação Itaú Social - Unicef, São Paulo, 2013.

MENEZES, J. S. S. **Educação em tempo integral: direito e financiamento**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 45, p. jul./set. 2012. 2012. Editora UFPR. Disponível

em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs-2.2.4/index.php/educar/article/viewFile/30033/19410>
(Acesso em 30/01/2013).

SEEMANN, Vânio Cesar. **Educação Integral**. Florianópolis: SME, 2011.

Nota: Para o presente estudo utilizou-se também os Projetos Políticos Pedagógicos e Projetos de Educação Integral das escolas pesquisadas, assim como, questionários de entrevista. Esses últimos sob responsabilidade da pesquisadora.